

## **O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA ESCOLA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA<sup>(1)</sup>.**

**José Otávio Bento de Souza Leite<sup>(2)</sup>.**

<sup>(1)</sup> Trabalho desenvolvido a partir do curso de Letras - Língua Portuguesa, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, de maneira independente por meio de leituras e estudos da graduação;

<sup>(2)</sup> Estudante de Letras - Língua Portuguesa; Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN; Encanto, Rio Grande do Norte; otavio123leite@gmail.com;

**PALAVRAS-CHAVE:** Norma-padrão; Língua; Gramática; Diversidade; Variação.

### **INTRODUÇÃO**

A língua, enquanto prática social, é caracterizada por sua forma heterogênea e dinâmica, sendo atravessada por fatores históricos, culturais e sociais (Bagno, 2014). Apesar disso, no contexto escolar, há uma valorização da norma-padrão, colocada como única forma legítima de uso da linguagem. Nesse cenário, surge o preconceito linguístico, sendo o julgamento negativo das formas de falar que se afastam do padrão considerado correto, associado a grupos mais desfavorecidos, de acordo com Bagno (2015).

A escola, enquanto espaço de formação, tem o papel central na construção das concepções de língua. Contudo, o ensino tradicional, que visa uma gramática normativa e descontextualizada, prioriza práticas centradas na correção e na dicotomia entre “certo” e “errado” (Antunes, 2014). Esse modelo, além de ineficaz, por desconsiderar o fator vivo da língua, reforça as desigualdades e contribui para o preconceito linguístico. Tal processo impacta diretamente na relação entre o aluno e sua língua, causando insegurança e silenciamento, sobretudo dos falantes cujas formas de expressão não se aproximam da norma culta (Bagno, 2015).

Dessa forma, práticas escolares aparentemente neutras acabam reforçando processos de exclusão simbólica do sujeito, pois este passa a não se reconhecer na língua reproduzida como legítima. Consequentemente, entre o estudante e a linguagem, surge um sentimento de inadequação, impactando na construção de sua identidade e inserção social (Possenti, 1996).

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo refletir teoricamente sobre o preconceito linguístico no ambiente escolar e seus impactos no ensino de língua portuguesa. Especificamente, pretende-se discutir o conceito de preconceito linguístico, analisar o papel da escola na valorização da norma-padrão e problematizar práticas pedagógicas que se limitam ao ensino descontextualizado da língua e que possam contribuir para a reprodução desse tipo de exclusão.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A escolha por esse tipo de abordagem justifica-se pelo objetivo de refletir teoricamente sobre o preconceito linguístico no contexto escolar, sem que houvesse realização de coleta de dados empíricos. Desse modo, a investigação fundamenta-se na análise de produções acadêmicas que discutem a língua como objeto de prática social e multifacetado, a variação linguística e o ensino de língua portuguesa.

O corpus teórico consiste em autores que discutem o preconceito linguístico e o ensino normativo da língua, como Bagno (2015), que com suas contribuições, enquanto linguista social, permitem compreender o preconceito linguístico como uma forma de discriminação, além de Possenti (1996) e Antunes (2014), que em seus estudos problematizam o ensino da gramática normativa. Há também contribuições de Bourdieu (2011), trazendo ideias ligadas à língua como instrumento de poder e silenciamento dos sujeitos. A partir dessas perspectivas, busca-se estabelecer um diálogo entre os conceitos apresentados, relacionando com o contexto escolar.

O procedimento metodológico consistiu na leitura e análise interpretativa das obras de maneira crítica, com enfoque na identificação de categorias teóricas relevantes para compreensão do fenômeno investigado, como o preconceito linguístico, norma-padrão, variação linguística e ensino normativo. A análise foi conduzida de forma reflexiva, buscando relacionar os conceitos para compreender o ensino de língua portuguesa como um possível espaço de reprodução do preconceito linguístico.

## **A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

A análise teórica realizada permite compreender que o preconceito linguístico, no contexto escolar, não se manifesta de forma explícita, mas por meio de práticas pedagógicas naturalizadas. Nesse sentido, a escola, ao assumir a norma-padrão como referência central no ensino da língua, contribui para uma hierarquização entre as diferentes formas de uso do português, ocasionando na discriminação dos modos menos valorizados.

De acordo com Bagno (2015), o preconceito linguístico não está atrelado à critérios estritamente linguísticos, mas em julgamentos sociais ligados aos falantes. Isso permite compreender que, no ambiente escolar, a classificação de determinados modos de fala dos

alunos como “certo” ou “errado” não se refere apenas à forma estrutural da língua, mas também às posições sociais que esses sujeitos ocupam. Observamos esse processo entre alunos oriundos de zonas rurais ou contextos periféricos, cujas marcas linguísticas frequentemente são alvo de correções e estigmatizações no ambiente escolar, enquanto variedades associadas a grupos socialmente prestigiados tendem a não receber esse tipo de julgamento.

No que se refere ao ensino de língua portuguesa, as práticas tendem a seguir um modelo de ensino normativo da gramática, onde o foco é na dicotomia entre “certo” e “errado”. Essa prática tende a desconsiderar a diversidade linguística presente em sala de aula. Segundo Possenti (1996), o ensino tradicional privilegia a transmissão de regras ao invés de fomentar uma reflexão sobre o funcionamento real da língua, o que dificulta o reconhecimento da variação linguística como um fenômeno legítimo. Nessa conjuntura, práticas aparentemente simples, como interromper a fala de um aluno para corrigir determinada maneira de se expressar, acaba reforçando a ideia de que algumas formas de expressão linguística são inferiores ou inadequadas.

Como resultado desse processo, evidenciam-se impactos significativos entre os alunos e a linguagem. Ao terem suas formas de expressão desvalorizadas, muitos alunos passam a desenvolver insegurança linguística, evitando participar de atividades orais e escritas por medo de julgamento (Bagno, 2015). Conforme Bourdieu (2011), a língua legítima atua, então, como instrumento de poder, o que contribui para o silenciamento de sujeitos cujas formas de fala não são socialmente valorizadas.

Dessa forma, observa-se que o ensino de língua portuguesa, ao privilegiar uma única forma de língua legítima, pode atuar como espaço de discriminação, ainda que de maneira não intencional. A ausência de uma abordagem que considere a língua enquanto objeto vivo e diverso contribui, então, para a manutenção das práticas excludentes.

Nesse sentido, Antunes (2014) propõe uma reconfiguração do ensino de língua portuguesa, onde a gramática é trabalhada de forma contextualizada, sendo articulada com o uso real da linguagem falada. A escola deve dar acesso aos estudantes para a variação mais prestigiada do português sem, no entanto, deslegitimar as variedades linguísticas dos sujeitos. Assim, combater o preconceito linguístico na escola exige não apenas mudanças teóricas, mas também transformações nas práticas cotidianas de ensino, na relação entre professor e aluno e na maneira como a diversidade linguística é abordada em sala de aula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidencia que o preconceito linguístico se manifesta no ambiente escolar de maneira sutil, por meio de práticas pedagógicas que naturalizam a valorização exclusiva da norma-padrão, desconsiderando a diversidade linguística dos alunos. Nesse cenário, o ensino de língua portuguesa contribui para a manutenção de desigualdades simbólicas ao legitimar determinadas formas de expressão em detrimento de outras, afetando a relação do sujeito com a linguagem e sua participação nas atividades escolares. Assim, compreender a língua apenas a partir da norma-padrão significa ignorar que as práticas linguísticas também refletem relações históricas, sociais e de poder.

Como contribuição, o presente trabalho amplia a compreensão do preconceito linguístico no âmbito educacional ao articular discussões sobre língua, ensino e desigualdade social, destacando a necessidade de uma abordagem mais crítica e inclusiva. A reflexão desenvolvida colabora para repensar as práticas pedagógicas ainda marcadas pelo “certo” e “errado”, incentivando a valorização de variações linguísticas e o desenvolvimento de uma educação mais sensível à realidade dos alunos.

Entretanto, o estudo apresenta limitações por se tratar de uma pesquisa de caráter exclusivamente teórico, sem a incorporação de dados empíricos que permitam analisar diretamente as práticas escolares analisadas. Desse modo, as discussões partem de análises teóricas e interpretações, evidenciando a necessidade de investigações futuras que considerem o contexto real de sala de aula.

A partir das reflexões desenvolvidas, torna-se evidente a importância de ressignificar o ensino do português, compreendendo a língua como uma prática social viva, heterogênea e dinâmica. Nesse sentido, a escola deve promover o acesso à norma-padrão sem deslegitimar as variedades linguísticas dos estudantes, reconhecendo que nenhuma forma de fala deve servir como instrumento de exclusão. Dessa forma, o ensino de língua portuguesa pode contribuir não apenas para o desenvolvimento linguístico dos sujeitos, mas também para a formação de indivíduos mais críticos, conscientes e socialmente incluídos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada**: limpando o pó das ideias simples. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, Marcos. **Língua, linguagem e linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 56. ed. São Paulo: Loyola, 2015.



BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 19. ed. Campinas: Mercado de Letras, 1996.